

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.050 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 2000



## Mulher terá homenagem especial do Congresso

O Congresso Nacional organizou uma série de eventos como parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher. Uma sessão solene na quarta-feira, exposições de artes e palestras fazem parte da programação.

PÁGINA 5



Um dos projetos que serão debatidos pela CAS obriga a identificação dos transgênicos através de informação no rótulo do produto

## CAE examina incentivo a energia alternativa

PÁGINA 3

## CAS aprecia uso dos produtos transgênicos

Na reunião da próxima quarta-feira, a comissão examina três projetos que disciplinam a questão dos transgênicos.

PÁGINA 4

# Plenário vota proposta da DRU em segundo turno nesta semana

Mudança constitucional que desvincula de qualquer destinação prévia 20% da receita federal será colocada em discussão hoje, amanhã e na quarta-feira. Se não forem aprovadas emendas ao texto, PEC será promulgada

A proposta de emenda constitucional que institui a Desvinculação de Receitas da União (DRU) será discutida em segundo turno hoje, amanhã e na quarta-feira, quando deverá ser votada de for-

ma definitiva. Se não forem aprovadas mudanças, a proposta, que desvincula de qualquer destinação prévia 20% da receita federal, será promulgada pelas Mesas do Senado e da Câmara.

PÁGINA 3



## REGULAMENTAÇÃO DO *HABEAS DATA* ENTRA EM PAUTA NA **CCJ** NA QUARTA-FEIRA

PÁGINA 4

## COMISSÃO ESPECIAL DISCUTE MP QUE INSTITUI EMPRÉSTIMO A UNIVERSITÁRIOS

PÁGINA 6

### CRITÉRIOS PARA FINANCIAMENTO

Terão preferência na concessão do empréstimo os estudantes que apresentarem condições financeiras mais desfavoráveis, dentro dos critérios abaixo:

- renda familiar do candidato
- se possui moradia própria
- se já tem curso superior
- se há gastos na família com portadores de doenças crônicas
- se já existem outros beneficiários do programa

*Os participantes devolvem o valor emprestado após a conclusão do curso, com juros fixados na assinatura do contrato.*

Brasil 500



## Subcomissão do Cinema ouve atores e cineastas

Com o tema *Povo do Cinema*, a Subcomissão do Cinema Brasileiro realizará audiência pública na próxima quinta-feira, às 9h, para discutir com profissionais do setor problemas e soluções para a produção nacional. Estão convidados para o debate Anselmo Duarte, ator, produtor e diretor de cinema; Denise Fraga, atriz; Luiz Villaça, diretor; Walkíria Barbosa, diretora do Festival de Cinema do Rio de Janeiro; Gabriel Priolli, diretor da TV PUC/SP, e Esdras Rubim, coordenador do Festival de Gramado. A reunião se dará na sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa.

Desde sua instalação, em 29 de junho do ano passado, no âmbito da Comissão de Educação, esta é a quinta audiência organizada pela subcomissão. A iniciativa partiu do relator da subcomissão, senador Francelino Pereira (PFL-MG), com o objetivo de colocar em prática uma política destinada a fortalecer o cinema nacional.

Na ocasião, o senador José Fogaça (PMDB-RS), presidente da subcomissão, afirmou que ela tem o propósito de "dar voz ao cinema brasileiro". Assim, profissionais como Nelson Pereira dos Santos, Roberto Farias e Gustavo Dahl, entre outros, já participaram dos debates, tendo comparecido também o secretário de Audiovisual do Ministério da Cultura, José Álvaro Moisés.

### EDUCAÇÃO

A Comissão de Educação tem reunião marcada para amanhã, às 11h30, onde serão analisados 33 itens, entre eles o projeto que estabelece a concessão de desconto aos músicos em espetáculos e o que institui o Dia do Advogado. Serão examinados também alguns projetos de decreto legislativo renovando a permissão de emissoras de rádio e televisão.



## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 2000

### PLENÁRIO

#### 14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Primeiro dia de discussão, em segundo turno, da \*PEC nº 4/2000, que acrescenta o art. 76 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (DRU — Desvinculação de Receitas da União); Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da \*PEC nº 24/99, que dá nova redação à alínea "c" do inciso I do art. 12 da Constituição federal (nacionalidade brasileira); \*PDL nº 292/99, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Guarani Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Guarani das Missões (RS); \*PDL nº 37/2000, que aprova o texto do Acordo sobre a Isenção Recíproca de Vistos, celebrado entre o Brasil e a Polônia, em Brasília; e \*Requerimento nº 783/99, do senador Roberto Saturnino, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 59/99 com o Projeto de Lei da Câmara nº 11/98, por regularem a mesma matéria.

#### Terça-feira

#### 14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia de discussão, em segundo turno, da \*PEC nº 4/2000, que acrescenta o art. 76 ao Ato das Disposições Constitucionais (DRU — Desvinculação de Receitas da União); Quarto dia de discussão, em primeiro turno, da \*PEC nº 24/99, que dá nova redação à alínea "c" do inciso I do art. 12 da Constituição federal (nacionalidade brasileira); \*PR nº 19/2000, que autoriza a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) a elevar temporariamente os seus limites de endividamento, para que possa contratar operação de crédito externo com o Japan Bank for International Cooperation (JBIC) e a Marubeni, no valor de 6,8 bilhões de ienes, para dar continuidade ao processo de modernização, referente ao Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicação e do Sistema Postal (Paste); \*PDL nº 35/2000, que aprova o texto do Acordo para a Provisão de Apoio às Operações da Missão de Observadores Militares Equador-Peru (Momep-II), celebrado entre o Brasil e o Peru, em Lima; \*PDL nº 36/2000, que aprova o texto do Acordo para a Provisão de Apoio às Operações da Missão de Observadores Militares Equador-Peru (Momep-II), celebrado entre o Brasil e o Equador, em Quinto; \*PDL nº 54/99, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Serra Azul de Frequência Modulada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santos Dumont (MG); \*PDL nº 97/99, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cacique de Sorocaba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sorocaba (SP); e \*Requerimento nº 81/2000, do senador Pedro Simon, solicitando a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nºs 664/99 e 688/99, por regularem a mesma matéria.

#### Quarta-feira

#### 14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da \*PEC nº 4/2000, que acrescenta o art. 76 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (DRU — Desvinculação de Receitas da União); Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da \*PEC nº 24/99, que dá nova redação à alínea "c" do inciso I do art. 12 da Constituição federal (nacionalidade brasileira); \*Parecer nº 109/2000, sobre a Mensagem nº 75/2000 (nº 188/2000, na origem), pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha de Ariel Rocha de Cunto para exercer o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência; \*PDL nº 57/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Poços de Caldas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Poços de Caldas (MG); e \*PDL nº 79/99, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação de Desenvolvimento de Picuí (Fundepi) para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Picuí (PB).

#### Quinta-feira

#### 10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: \*PDL nº 95/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cacique de Sorocaba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Sorocaba (SP); e \*PDL nº 98/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Ituiutaba Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ituiutaba (MG).

#### Sexta-feira

#### 9h — Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

#### Terça-feira

#### 10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: \*PLS nº 215/97, que acrescenta parágrafo ao art. 463 da CLT, assegurando ao empregado a indicação da instituição bancária onde o empregador deverá depositar seu salário; Turno suplementar de discussão do substitutivo oferecido ao \*PLS nº 604/99, que dispõe sobre a alíquota aplicável à receita bruta mensal de microempresa inscrita no Simples — Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de que trata a Lei nº 9.317/96; \*PLS nº 177/96, que dispõe sobre a multa de mora decorrente do pagamento de tributos federais e contribuições após o vencimento; \*PLS nº 142/96, que estende o benefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural; \*PLS nº 573/99, que altera dispositivos da Lei nº 9.427/96, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica; \*PLS nº 214/99, que altera a lei 4.320/64, instituindo instrumento que garante o equilíbrio fiscal estrutural dos diversos entes da Federação; \*PLS nº 72/99, que revoga o *caput* do art. 83 da Lei nº 9.430/96; \*PR nº 41/99, que altera a resolução do Senado Federal nº 96/89, que dispõe sobre limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo público federal e estabelece limites e condições para a concessão de garantias da União em operações de crédito externo e interno; \*PLS nº 173/99, que

acrescenta o inciso V ao art. 94 da Lei nº 8.171/91, que dispõe sobre política agrícola; \*PLS nº 311/99, que permite dedução do Imposto de Renda às pessoas físicas e jurídicas que adquiram quotas dos fundos mútuos de investimentos em empresas emergentes; \*PLS nº 405/99, que altera o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317/96, para permitir que os profissionais nele arrolados possam optar pelo Simples; e \*PLS nº 128/99, que dispõe sobre a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Importação sobre produtos indutores de violência. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

#### 11h30 — Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversos projetos de lei do Senado e projetos de decreto legislativo, destacando-se: \*PLS nº 22/99, denomina Rodovia Governador Hélio Campos trecho da BR-174; \*PLS nº 360/99, denomina Governador Edmundo Pinto trecho da rodovia BR-364; \*PLS nº 228/99, dispõe sobre a unificação dos vestibulares nas universidades federais; \*PLS nº 615/99, que altera a Lei nº 9.394/96, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; \*PLS nº 354/99, institui o Dia Nacional de Luta contra as Queimaduras; \*PLS nº 529/99, institui o Dia do Advogado, a ser celebrado em 11 de agosto; \*PLS nº 395/99, dispõe sobre a concessão de desconto para os músicos — estudantes ou profissionais — no valor do ingresso em espetáculos musicais; \*PDL nº 266/99, aprova o ato que renova a permissão da Rádio Jornal de Rio Claro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Claro (SP); \*PDL nº 250/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Assis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Assis (SP); \*PDL nº 11/2000, aprova o ato que outorga concessão ao sistema de comunicação Rio Bonito Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Palmas (TO); \*PDL nº 12/2000, aprova o ato que outorga concessão ao sistema de comunicação Rio Bonito Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Gurupi (TO); \*PDL nº 280/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cidade Jundiá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jundiá (SP); \*PDL nº 47/94, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Vale do Taquari Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Coxim (MS); e \*PDL nº 55/95, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Emissora Fandango Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeira do Sul (RS). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

#### 17h — Reunião Conjunta das comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Exposição, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 12/2000-CAE, de autoria do senador Eduardo Suplicy, do tenente Brigadeiro do Ar Carlos Baptista, Comandante da Aeronáutica, juntamente com os presidentes da Infraero, Eduardo Bogalho Pettengill, da Vasp, Wagner Canhedo, e da Transbrasil, Paulo Enrique Coco, sobre a atual situação das empresas aéreas, seus compromissos financeiros perante os organismos do União e sobre os possíveis acordos de fusão entre empresas aéreas. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

#### Quarta-feira

#### 9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: \*PLS nº 92/99, que altera a Lei nº 9.068/98, dispõe sobre o trabalho voluntário; \*PLS nº 569/99, que determina desconto de 50% nas tarifas de passagens aéreas para os maiores de 60 anos; Emenda oferecida no turno suplementar ao substitutivo do \*PLS nº 112/99, que altera a redação dos artigos 25, 26, 71 e 73 da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social, estendendo salário-maternidade à trabalhadora autônoma; Emendas oferecidas em Plenário ao substitutivo do \*PLS nº 31/99, que autoriza a criação dos conselhos federal e regionais de leiloeiros oficiais e dispõe sobre a regulamentação da profissão de leiloeiro público oficial; \*PLS nºs 188, 216 e 422/99, tramitação conjunta, que acrescenta dispositivos à Lei nº 8.974/95, estabelecendo a obrigatoriedade da rotulagem de produtos contendo organismo geneticamente modificado (OGM) ou derivados de OGM, proíbe, por cinco anos, o plantio e a comercialização de alimentos contendo organismo geneticamente modificado (OGM) ou derivados em todo o território nacional; e determina a exibição da expressão que menciona nos produtos transgênicos; \*PLS nº 530/99, que dispõe sobre a assistência pré-natal às gestantes e a realização obrigatória de exames complementares; \*PLS nº 388/99, que altera o artigo 57 da Lei nº 6.360/76, dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos; \*PLS nº 474/99, que institui o Dia Nacional de Vacinação contra a Hepatite B; \*PLS nº 660/99, que torna obrigatória concessão de emprego a pessoas portadoras de deficiência física; e \*PLC nº 73/96, que revoga o art. 318 da Consolidação das Leis do Trabalho. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

#### 10h — Reunião conjunta das comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Exposição, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 03-Cl/2000, de autoria do senador Osmar Dias, do ministro dos Transportes, Eliseu Lemos Padilha, sobre o Programa de Privatização e tarifas de pedágio. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

#### 10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: \*PDS nº 109/99, que altera o parágrafo único do art. 7º da Lei 9.478/97, dispõe sobre a política energética nacional; \*PEC nº 61/99, que dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal; Emendas de Plenário de nºs 2 a 4 ao \*PLS nº 23/98, que autoriza o Poder Executivo a incluir municípios de Minas Gerais situados no Entorno do Distrito Federal na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal; \*PLS nº 213/99, que altera o inciso V do art. 1º da Lei Complementar nº 64/90; \*PLS nº 205/99, que acrescenta o parágrafo 1º ao art. 9º da Lei nº 4.591/64; \*PLS nº 268/99, que dispõe sobre a estruturação e o uso de bancos de dados sobre a pessoa e disciplina o rito processual do *habeas data*; \*PLS nº 327/99, que dispõe sobre a gratuidade da realização de exames de código genético (DNA) para instruir processos de reconhecimento de paternidade; \*PLS nº 90/99, que dispõe sobre a reprodução assistida; e \*PLS nº 63/99, tramitando em conjunto com o PLS nº 97/99 e o PLS nº 159/99, que dispõe sobre as campanhas publicitárias das empresas fabricantes de cigarro e de bebidas alcoólicas. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

#### Quinta-feira

#### 9h — Comissão de Educação

Pauta: Audiência pública: Convidados da Subcomissão do Cinema Brasileiro, Anselmo Duarte, ator, produtor e diretor de cinema; Denise Fraga, atriz de cinema e televisão; Luiz Villaça, diretor; Walkíria Barbosa, diretora do Festival de Cinema do Rio de Janeiro; e Gabriel Priolli, coordenador do Festival de Gramado. *Sala de Reuniões da Comissão Educação*

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Morais  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações



José Jorge pretende estimular o aproveitamento de fontes alternativas de energia

## CAE aprecia projeto sobre novas fontes de energia

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) discute, em reunião amanhã, projeto do senador José Jorge (PFL-PE) que garante às novas fontes energéticas as mesmas vantagens já asseguradas pela legislação às pequenas centrais hidrelétricas. A proposta modifica a lei que instituiu a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), de 1996, estendendo ao aproveitamento de fontes alternativas de energia o percentual de no mínimo 50% sobre os valores das tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição. O parecer do relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), é pela aprovação.

Outra matéria incluída na pauta de 12 itens é o substitutivo do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) ao projeto do ex-senador José Eduardo Vieira que estende o benefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural. Também deverá ser submetido a apreciação parecer favorável do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) ao projeto do ex-senador Júlio Campos que assegura ao empregado a indicação da instituição bancária onde o empregador deverá depositar seu salário.

Também faz parte da pauta da CAE parecer do senador José Roberto Arruda favorável a projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que permite a cobrança a maior do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação de produtos que induzam a violência.

# Plenário conclui nesta semana votação de proposta da DRU

Alteração constitucional que desvincula de qualquer destinação prévia 20% da arrecadação federal será discutida hoje, amanhã e quarta-feira, quando terá decisão final

O Plenário do Senado deverá apreciar na quarta-feira, em segundo e último turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que institui a Desvinculação de Receitas da União (DRU). Pela proposta, 20% da arrecadação de todos os impostos e contribuições da União ficam desvinculados de qualquer despesa previamente atribuída. Ao permitir a redistribuição de recursos, a DRU substituirá o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), criado em 1994 com o nome de Fundo Social de Emergência (FSE).

De autoria do Poder Executivo e relatada favoravelmente pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a PEC foi aprovada em primeiro turno no dia 23 de fevereiro, com 59 votos favoráveis e 13 contrários. Como prevê o Regimento do Senado, a matéria será discutida em três sessões consecutivas – portanto, as de hoje, de amanhã e de quarta-feira, quando deverá ser votada. Se não forem aprovadas emendas ao texto, a PEC será

promulgada, não voltando a ser examinada pela Câmara dos Deputados, onde já foi aprovada com pequenas modificações em relação à proposta original do governo.

De acordo com Alcântara, a DRU proporcionará ao governo a possibilidade de manter uma política fiscal equilibrada e racional, “que permita alocar os recursos onde são mais necessários, mantendo a estabilidade monetária, não emitindo moeda nem utilizando endividamento adicional”. Para o senador, o elevado grau de vinculações legais de receitas “reduz substancialmente a margem de liberdade do governo federal para atender a novas demandas sociais e econômicas”.

O relator observou que a desvinculação não atingirá o Fundo de Participação dos Estados (FPE) nem o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ao contrário do que ocorria durante a vigência do Fundo de Estabilização Fiscal. Da mesma forma, a desvinculação



Alcântara observou que o elevado grau de vinculação de receitas prejudica o governo

não incide sobre os fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste; o Imposto Territorial Rural (ITR); o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de mercadorias para exportação; e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) cobrado sobre transações com ouro. A Câmara dos Deputados introduziu no texto da PEC emenda retirando também da desvinculação a contribuição social sobre o salário-educação.

Nesta semana, o Senado exa-

minará várias outras matérias. Uma delas é a PEC que dá nova redação ao artigo 12 da Constituição, permitindo aos filhos de brasileiros nascidos no exterior a condição de brasileiros natos, com base em registro obtido em consulado ou embaixada. A proposta já foi discutida em duas sessões e será votada também na quarta-feira, juntamente com a mensagem do presidente da República nomeando Ariel Rocha de Cunto para exercer o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência.

Estão ainda na pauta do Plenário a celebração de acordo entre os governos do Brasil e da Polônia para isenção recíproca de vistos; autorização para que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) contraia empréstimo externo; provisão de apoio às operações da Missão de Observadores Militares Equador-Peru; e a concessão para o funcionamento de rádios em diversas cidades.

## CI pode examinar fundo que levará serviço telefônico a regiões isoladas

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado já pode votar o projeto que cria o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), destinado a financiar a instalação de serviços telefônicos em regiões isoladas do país, no meio rural, nas periferias pobres das grandes cidades e nas escolas e bibliotecas. O relator da proposta, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), já apresentou parecer favorável ao projeto que, se aprovado, será remetido à apreciação do Plenário.

A instituição do Fust está prevista na Lei Geral de Telecomunicações. O fundo está sendo criado pelo governo para completar os gastos das empresas de telecomunicações privatizadas na oferta de telefones em áreas onde o investimento não possa ser recuperado “com a exploração eficiente do serviço”. O fundo só bancará parte da implantação dos serviços, não havendo previsão de cobrança de tarifas menores.



Urgência na cobrança da taxa levou Saturnino a rejeitar todas as emendas à proposta

Ele será formado com a cobrança de 1% de toda receita bruta das empresas de telecomunicações, dotações do Orçamento federal e valores cobrados pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) em sua fiscalização e concessão de serviços às empresas privadas. Todo o dinheiro será administrado pela Anatel, sempre de acordo com os planos do Ministério das Comunicações. Um detalhe: a nova lei determina que

as companhias de telefones indiquem nas contas o valor a ser destinado ao Fust. As atuais contas já informam o valor que o usuário está recolhendo de ICMS.

O governo tem pressa em ver o novo fundo aprovado e, de acordo com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que relatou o projeto na Comissão de Assuntos Econômicos, o Fust está deixando de receber neste ano cerca de R\$ 760 milhões por causa dos atrasos na tramitação da proposta.

Em seu parecer à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, o senador Roberto Saturnino rejeitou todas as emendas, argumentando, entre outras coisas, a urgência na cobrança da nova taxa. Caso o Senado faça alguma mudança no projeto, ele terá de voltar ao exame da Câmara dos Deputados.

Objetivando reduzir as desigualdades regionais no país, o projeto de lei determina que 30% dos recursos do Fust serão aplicados na Amazônia e no Nordeste.

## Fusão de empresas aéreas é debatida

A fusão entre empresas aéreas nacionais e internacionais vai ser debatida pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI) amanhã, a partir das 17 horas. Participam da discussão os presidentes da Vasp e Transbrasil, Wagner Canhedo e Paulo Enrique Coco, que prestarão esclarecimentos sobre a atual situação das empresas.

A realização da audiência pública atende a requerimento apresetado pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), que preside a CI, e pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). A CAE é presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Na quarta-feira, a partir das 10h, as duas comissões realizarão audiência com o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, sobre o programa de privatização e tarifas de pedágio, atendendo a requerimento apresentado pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR).

# Mestrinho espera aprovação de incentivo à informática

Acordo do governo com a bancada do Amazonas para evitar prejuízo à Zona Franca de Manaus permitirá, na opinião do senador, que o projeto seja votado “sem maiores problemas” nas comissões e no Plenário

O projeto que prorroga os incentivos fiscais para a indústria de informática brasileira até o final de 2009 “deverá ser votado sem maiores problemas” pelas comissões de Educação (CE) e de Assuntos Econômicos (CAE) e pelo Plenário do Senado, prevê o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), relator da proposta na CAE.

Para o senador, isso se tornou possível porque o texto votado no dia 1º pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) respeita um acordo do governo com a bancada do Amazonas para que a prorrogação dos incentivos não prejudique a Zona Franca de Manaus. Gilberto Mestrinho destaca que foi fundamental para a tramitação da proposta a decisão do Palácio do Planalto de concordar que saíssem da lista de produtos que podem ter incentivos aparelhos fabricados atualmente em Manaus. São equipamentos de áudio, vídeo, lazer, entretenimento e de uso médico-hospitalar, mesmo que incorporem tecnologia digital.

– Se tais produtos pudessem também receber o incentivo, baseado na isenção ou redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a concorrência das indústrias do Sul levaria à falên-



Mestrinho acredita que acordo com o governo facilita a tramitação

cia as fábricas de Manaus – afirma Gilberto Mestrinho.

Foi incluído no projeto um artigo que dá prazo de 120 dias ao governo para definir os processos produtivos básicos (PPB), etapa exigida para fabricação de produtos em Manaus com incentivos fiscais, uma reivindicação da bancada do Amazonas. Não havia prazo para tal definição e “há muitos meses” não se aprovava incentivo para novos produtos no Amazonas, conforme o senador.

De acordo com o projeto, os incentivos que as indústrias de telefones celulares e de monitores de vídeo já recebem serão mantidos, enquanto novas indústrias desses produtos só terão o benefício se se instalarem na Zona Franca.

Na Comissão de Educação, o relator do projeto será o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que prefere analisar o texto que saiu da CCJ antes de qualquer comentário. Se aprovada pelo Plenário do Senado, a proposta voltará ao exame dos deputados, devido às mudanças introduzidas pelos senadores. Os incentivos para a área de informática iriam se extinguir no dia 29 de outubro do ano passado e foram prorrogados até 31 de maio próximo por uma medida provisória baixada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

## Benefício será reduzido gradualmente até 2009

O incentivo previsto pelo projeto é a total isenção do IPI sobre produtos de informática até o dia 31 de dezembro deste ano. A partir daí, haverá apenas redução do imposto até 31 de dezembro de 2009. O incentivo será cada vez menor nesse período – a redução começa com 95% em 2001 e termina com 70% em 2009.

A concessão de incentivo fiscal, conforme o próprio governo, tem sido fundamental para solidificar a indústria de informática, transformando o Brasil no principal produtor da área na América Latina. Caso o incentivo fosse extinto subitamente, parte da indústria implantada no Brasil poderia mi-

grar para outros países, admitem os ministros da Fazenda, Ciência e Tecnologia e Relações Exteriores em mensagem encaminhada ao presidente da República em setembro de 1999, para justificar a prorrogação do incentivo.

O projeto em exame no Senado prevê que só terão direito ao incentivo as empresas que aplicarem no mínimo 5% de seu faturamento bruto no mercado interno em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia de informática. Dessas aplicações, no mínimo 2,3% devem se direcionar a centros ou institutos de pesquisas ou ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

## Comissão deve iniciar votação do Orçamento no dia 21

O presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), pretende iniciar a discussão e votação do relatório geral da proposta do Orçamento do ano 2000 no próximo dia 21. O relator-geral, deputado Carlos Melles (PFL-MG), está concluindo a consolidação dos dez relatórios setoriais em que foi dividido o Orçamento e deve entregar o trabalho para publicação até o dia 16, quinta-feira.

Mestrinho acredita que a Comissão de Orçamento terminará a votação ainda neste mês, remetendo o documento ao exame do Plenário do Congresso. O senador acha difícil que a última votação do Orçamento no Congresso ocorra neste mês.

O relator-geral Carlos Melles está reavaliando a arrecadação tributária contida no Orçamento enviado ao Congresso pelo Executivo, sob o argumento de que a equipe econômica não considerou a inflação ocorrida no segundo semestre de 99, porque o projeto teve de ser preparado até 31 de agosto.

No entanto, Melles ainda não informou à Comissão de Orçamento os percentuais da reavaliação. O projeto original do Executivo prevê que neste ano a União terá uma receita tributária de R\$ 229,1 bilhões e gastará R\$ 200,8 bilhões, com um superávit primário (não incluindo gastos de juros com a dívida pública) de R\$ 28,5 bilhões (2,6% do PIB).



Comissão de Assuntos Sociais vai apreciar também proposta de desconto de 50% nas passagens aéreas para os maiores de 60 anos

## CAS examina três projetos sobre produtos transgênicos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examina em sua próxima reunião, marcada para quarta-feira, às 9 horas, três projetos, em tramitação conjunta, que visam disciplinar a questão dos organismos geneticamente modificados (OGM). Os projetos serão apreciados em decisão terminativa.

O relator da matéria, senador Lomar Quintanilha (PPB-TO), apresentou parecer favorável à aprovação apenas do projeto de autoria do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), que torna obrigatório o uso de rótulos informativos para identificar produtos resultantes de organismos geneticamente modificados ou seus derivados. Patrocínio justifica sua iniciativa argumentando que dessa forma o consumidor poderá decidir, de forma consciente, se deseja ou não consumir alimentos transgênicos. A rotulagem de produtos com essas características, acrescenta, já está re-

gulamentada pelos países europeus.

Quintanilha opina pela rejeição do projeto apresentado pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), também relacionado à rotulagem de produtos resultantes de organismos geneticamente modificados, e da proposta da senadora Marina Silva (PT-AC), que proíbe o plantio e comercialização desses produtos por cinco anos.

O desconto de 50% nas passagens aéreas para os maiores de 60 anos é outra matéria na pauta da CAS. Com parecer favorável da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), o projeto foi apresentado pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

A CAS examina também três projetos de autoria do senador Tião Viana (PT-AC), incluindo o que institui o Dia Nacional de Vacinação contra a Hepatite B, e um projeto da Câmara que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

## CCJ analisa proteção de dados pessoais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina, na quarta-feira, projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relatado favoravelmente pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR), dispendo sobre a estruturação e o uso de bancos de dados sobre a pessoa física e jurídica e disciplinando o rito processual do *habeas data*.

Alcântara afirma que vários países, incluindo Alemanha, Portugal, Reino Unido, Suécia e França já adotaram legislação para proteção de dados pessoais. O projeto do senador dispõe sobre quais dados pessoais podem ser coletados e quais não podem, que bancos de dados podem ser constituídos e em que condições podem ser acessados e utilizados por entidades públicas e privadas. Alguns dados pessoais, denominados “sensíveis” pela legislação de outros países, são proibidos de ser tratamento automático, salvo autorização expressa do titular, incluindo origem racial, convicções políticas, religi-



Álvaro Dias tem parecer favorável ao projeto que disciplina o *habeas data*



José Roberto Arruda quer restringir escritório central da ANP a Brasília

osas e filosóficas e orientação sexual.

A CCJ examina ainda, em caráter terminativo, parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS) a projeto de autoria do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que altera a lei relativa à política energética nacional, restringindo o escritório central da Agência Nacional do Petróleo a Brasília e eliminando, assim, a possibilidade de escritório central na cidade do Rio de Janeiro, mas mantendo a instalação de unidades administrativas regionais, caso necessário.

Também será analisado pela CCJ substitutivo do senador Roberto Requião (PMDB-PR) a projeto do senador Lúcio Alcântara que trata da reprodução assistida, e relatório da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), pela aprovação com uma emenda, de projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que dispõe sobre a gratuidade da realização de exames de código genético (DNA) para instruir processos de reconhecimento de paternidade.



# Congresso faz programação especial para comemorar o Dia Internacional da Mulher

Senado e Câmara se juntam para transformar as homenagens em um amplo conjunto de atividades, voltadas para o debate sobre a participação feminina na história do país

O Congresso Nacional preparou uma programação especial para homenagear o Dia Internacional da Mulher, destacando a participação feminina nos 500 anos de história do Brasil. A data, que transcorre no dia 8 de março, será marcada por uma série de eventos intitulada "Mulher – 500 anos de Lutas e Conquistas". As atividades serão realizadas de amanhã até quinta-feira, com a participação de parlamentares, artistas, intelectuais e autoridades.

Estão previstas exposições de artes plásticas, apresentações teatrais e de música, palestras e homenagens às mulheres que mais se destacaram na história brasileira. O ponto alto das comemorações deverá acontecer na quarta-feira, quando a bancada feminina (seis senadoras e 30 deputadas) das



Heloísa, Marina e Emilia: unidas no desejo de refletir sobre a condição feminina e a luta pelos direitos fundamentais

duas Casas participará de sessão solene conjunta e depois de ato simbólico na rampa do Congresso Nacional.

A líder do Bloco Oposição, senadora Heloísa Helena (PT-AL) contou que o movimento de mulheres no mundo tem duas palavras de ordem para o dia:



pobreza e violência. Heloísa disse que é necessário provocar a reflexão sobre esses dois problemas, que atingem o conjunto da população, e afetam mais duramente a vida da mulher.

Para a senadora Marina Silva (PT-AC), a data é sempre relevante, pois "serve para alertar as mulheres sobre a importância da luta pelos direitos fundamentais e também pelos direitos mais sutis, relacionados com a forma de agir e pensar, que devem ser incorporados ao processo civilizatório".

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) preparou material informativo sobre o tema. Ele pode ser acessado



na sua página na Internet, disponível por meio da *home-page* do Senado ([www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)) no campo *senadores*.

Emilia informa que recente pesquisa da Vox Populi, revelada recentemente à opinião pública, mostra que 57% das pessoas ouvidas consideram as mulheres mais honestas e 39% as vêem como mais capazes do que os homens que ocupam cargos políticos. "Este será um dos trunfos utilizados pela bancada feminina parlamentar no Congresso Nacional este ano, durante as comemorações do Dia Internacional da Mulher", anunciou.

## CAS vota assistência pré-natal às gestantes

Está em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com votação prevista para a quarta-feira, substitutivo do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) a projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que dispõe sobre a assistência pré-natal às gestantes, incluindo a realização de exames complementares.

O substitutivo de Mozarildo estende a obrigatoriedade dos benefícios, restritos no projeto original ao Sistema Único de Saúde (SUS), à esfera privada, e propõe a limitação do fornecimento de leite somente às crianças carentes e, quando diagnosticada doença materna transmissível, ao lactante.

Pelo projeto, será obrigatória a realização de exames de Aids, hepatite e sífilis. Conforme Tião Viana, a transmissão perinatal é a principal via de infecção pelo HIV na população infantil. "Estima-se que 15% a 40% das crianças nascidas de mães soropositivas para o HIV tornam-se infectadas na gestação, durante o trabalho de parto, no parto ou através da amamentação", informa. Segundo documento do Ministério da Saúde, acrescenta, em estudos realizados nos Estados Unidos e na França, houve uma redução da taxa de transmissão vertical do vírus da Aids



Tião Viana propõe assistência pré-natal para evitar doenças como a Aids e a hepatite B

em 70% com o uso do AZT na gestação, no parto e no recém-nascido.

No caso da hepatite B, Viana afirma que 90% das crianças infectadas ao nascer desenvolverão hepatite crônica. "Dos 350 milhões de infectados crônicos em todo o mundo, 15% a 25% desenvolverão cirrose ou câncer de fígado, indo-se somar aos 2 milhões de mortes anuais", explica. Ele lembra que, apesar de as pessoas já infectadas não se beneficiarem da vacinação, os recém-nascidos de mães portadoras do vírus podem ser protegidos se vacinados nas 12 primeiras horas de vida.

## Senadores discutem na quarta exame de paternidade gratuito

O Sistema Único de Saúde (SUS) pagará qualquer exame de código genético (DNA), para verificação de paternidade, desde que ele seja necessário para o reconhecimento de filhos de mães de baixa renda. A determinação consta de projeto que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examinará na próxima quarta-feira, em reunião prevista para as 10h.

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ), autor do projeto, sustenta que os altos preços cobrados pelos laboratórios particulares para os exames de DNA impedem que milhares de crianças e adolescentes tenham pais reconhecidos. Para ele, a Constituição respalda seu projeto, ao prever igualdade de direitos para filhos nascidos ou não da relação de casamento. O projeto conta com parecer favorável da relatora, senadora Luzia Toledo (PSDB-ES).

Na mesma reunião, a CCJ examina matéria tratando da reprodução assistida, ou seja, aquela que importa na implantação artificial de gametas ou embriões humanos no aparelho reprodutor de mulheres receptoras com a finalidade de facilitar a procriação.

Lúcio Alcântara (PSDB-CE), autor do projeto, justifica sua iniciativa, afirmando que o objetivo é proteger a criança nascida de reprodução assistida das consequências desse processo. "A consequência normal do emprego dessa tecnologia, mesmo em casos com final feliz, é o surgimento de situações anômalas, como crianças sem pai, com duas mães ou crianças com dois pais", ressaltou. O relator da matéria é o senador Roberto Requião (PMDB-PR).

## Marina Silva homenageia os seringueiros

A senadora Marina Silva (PT-AC) prestou uma homenagem ao Dia do Seringueiro, comemorado em 3 de março no Acre. Ela disse que a data tem grande significado para o estado, ressaltando que os seringueiros construíram a economia acreana. "Temos uma grande gratidão e um tributo a pagar aos seringueiros, que também foram os responsáveis pela preservação ambiental de toda a região", afirmou.

Marina lembrou que foram os seringueiros, com o apoio dos índios e populações ribeirinhas, que combateram os grandes projetos agropecuários para a região porque tinham certeza de que a mata poderia ser depredada caso fosse permitida a instalação de iniciativas alheias à vocação natural da Amazônia. "E foi graças à resistência consciente dos seringueiros que temos hoje, no Acre, mais de 90% de floresta preservada com apenas 9% de área devastada", disse Marina Silva ao lembrar, ainda, o trabalho desenvolvido por várias lideranças em defesa da região, com destaque para Chico Mendes.

### Programação

#### AMANHÃ

11h – Exposição "Mulheres Indígenas", da artista plástica Iara Piquet – Hall do Anexo 2 da Câmara dos Deputados  
 14h – Palestra "A Mulher do Futuro", com o sociólogo Domenico de Masi – Auditório Petrônio Portella, no Senado Federal  
 Homenagem post mortem às mulheres brasileiras que se destacaram nos 500 anos de história do Brasil – Artistas estarão dramatizando textos relembrando cada uma das homenageadas  
 Apresentação do Coral do Senado  
 Abertura da exposição de quadros de pintoras com temática feminina  
 Lançamento dos livros – Mulheres Invisíveis, de Bárbara M. Soares; A Mulher e os Cinco Séculos de Desenvolvimento na América Latina Brasil, de Sylvia Auaud; e De Sonhos e Utopia - Anita e Glusepe, de Ivone Capuano  
 15h – Exposição "A Saúde da Mulher" – Biblioteca do Senado

#### QUARTA-FEIRA

10h – Sessão solene conjunta com apresentação do vídeo "Retratos de Mulher" e do Coral do Banco do Brasil – Plenário da Câmara dos Deputados  
 12h30 – Ato simbólico de homenagem ao Dia Internacional da Mulher – Com a presença de senadoras e deputadas federais – Rampa do Congresso Nacional

#### QUINTA-FEIRA

10h – Assinatura de Protocolos de Cooperação Entre o CNDM, o Ministério do Trabalho, a Fundação Roberto Marinho e a Secretaria de Estado de Ação Social – Plenário da Câmara dos Deputados  
 10h30 – Painel "Mulher e Poder" – Auditório Tancredo Neves  
 16h30 – Apresentação da peça "Mulheres Brasileiras" – Grupo de Teatro da Universidade de Brasília – Auditório Nereu Ramos, Câmara dos Deputados

#### AS HOMENAGEADAS

Ana Neri	Catarina Paraguaçu	Margarida M. Alves
Anita Garibaldi	Clara Camarão	Olga Benário
Bárbara de Alencar	Clarice Lispector	Pagu
Bárbara Eliodora	Chiquinha Gonzaga	Tarsila do Amaral
Berta Lutz	Elenira Rezende	Tereza Benguela
Cacilda Becker	Leila Diniz	Xica da Silva
Carlota P. de Queiroz	Lúcia Clark	Zuzu Angel
	M. Emma H. L. Zigler	

# Simon quer menos disparidade salarial na administração pública

Senador critica o novo teto e defende projeto de sua autoria que fixa em 20 vezes a diferença máxima entre o maior e o menor salário

Ao analisar a questão do salário mínimo no Brasil, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu projeto de sua autoria que está tramitando há alguns anos no Congresso, estabelecendo que a diferença entre o maior e o menor salário pagos na administração pública não poderá ser superior a 20 vezes. Ele sugeriu que seja determinado o congelamento das remunerações dos servidores de maior salário até que o salário mínimo ofereça condições dignas de sobrevivência a quem o recebe.

Pedro Simon informou que na época em que foi governador do Rio Grande do Sul apresentou projeto à Assembleia Legislativa propondo que a diferença entre o maior e o menor salário pago pelo estado não ultrapassasse 15 vezes. Depois de negociar com os deputados, a matéria foi aprovada,

mas a diferença foi elevada para 20 vezes, número que Simon sugeriu em seu projeto.

O acordo feito no último dia 2 em torno de um teto salarial de R\$ 11.500 para os três Poderes da República também foi criticado por Pedro Simon. Ele disse que o Judiciário, que ficou desgastado após a ameaça de greve dos

juizes, foi o único Poder no qual o teto realmente foi fixado em R\$ 11.500. Para o Executivo e o Legislativo, com a possibilidade de acumular aposentadorias além do salário, o teto ficou na realidade em R\$ 23 mil.

— Decidiram que nós, do Legislativo e do Executivo, podemos ter dois te-



Simon é contra o acúmulo de até R\$ 23 mil em vencimentos

tos. Os vencimentos da ativa podem chegar a R\$ 11.500, mas as aposentadorias, acumuladas, também podem chegar a esse valor — explicou.

Em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse que, quando foi governador do Paraná, reduziu a diferença entre o maior e o menor salário pagos pelo estado para 17 vezes, mas esse

limite deixou de existir quando ele foi substituído no cargo. O senador também criticou a fixação do teto dos três Poderes em R\$ 11.500 e defendeu o congelamento dos maiores salários até que o salário mínimo chegue a um patamar que viabilize a sobrevivência de quem o recebe.

## Heloísa: PT estuda ação contra acordo entre Poderes

A líder do PT e do Bloco Oposição no Senado, Heloísa Helena (AL), anunciou que o seu partido está estudando a possibilidade de mover ação judicial para assegurar o cumprimento da Constituição no que diz respeito à definição do teto salarial para o funcionalismo público.

Para a senadora, a Constituição é clara ao estabelecer, em seu artigo 37, que o teto salarial dos servidores públicos dos três Poderes não poderá exceder o subsídio recebido pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), proibida a acumulação de vencimentos, exceto nos casos previstos na própria Carta. O acordo firmado entre os presidentes dos três Poderes, disse Heloísa Helena, definiu um teto salarial de R\$ 11.500, mas permitiu a acumulação em casos não previstos pela Constituição.



O teto, diz Heloísa, não pode exceder o subsídio dos ministros do STF

Se é para não cumprir o ordenamento constitucional, ela disse que melhor seria modificar a Constituição. Assim como o dispositivo que trata do teto salarial para o funcionalismo não foi cumprido no acordo, também não é cumprido aquele que trata do salário mínimo. Pelos cálculos do Departamento Intersindical de

Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), citados pela senadora, se a Carta fosse cumprida à risca, o salário mínimo deveria ser de R\$ 942, “para dar conta da realidade objetiva de sobrevivência de uma família composta por um casal e dois filhos”.

Pedro Simon (PMDB-RS) aparteuo Heloísa para dizer que o presidente Fernando Henrique Cardoso está correto ao afirmar, em contestação a re-

latório do Departamento de Estado norte-americano, que criticou a política de salário mínimo no Brasil, que seu governo não pode ser culpado por 500 anos de injustiças sociais.

Marina Silva (PT-AC) salientou que a injustiça social no país enraizou-se a tal ponto que poderia haver três índices para medir a inflação: um para os ricos, o IGP-DI, que em 1999 alcançou cerca de 20%; outro, o INPC, para os pobres, atingiu mais ou menos 10%; e para os miseráveis, o salário mínimo, que supostamente corresponderia à cesta básica de sobrevivência, “como se o ser humano pudesse ser reduzido a uma ração básica”.

Heloísa também apelou às lideranças da base do governo e ao presidente da República para que seja alterada a medida provisória que prevê isenção de 25% do IPI na compra de automóveis por portadores de deficiências físicas, de modo a atender os interesses dos deficientes físicos.

## Ademir propõe reajuste de 80% para o mínimo

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) defendeu no Plenário que o governo reajuste o salário mínimo e os salários mais baixos do funcionalismo público “em pelo menos 80%, por questão de justiça e respeito aos trabalhadores deste país”.

— Como é que vamos ficar diante da sociedade, aumentando o salário dos parlamentares e ministros em 43% e dando ao salário mínimo e aos baixos salários do funcionalismo um percentual menor? — questionou.

Depois de afirmar que considera “um grande avanço o PFL defender o salário mínimo de 100 dólares”,

Ademir Andrade criticou os presidentes dos três Poderes por concordarem que o teto salarial da União possa se somar aos rendimentos das aposentadorias.

— Teto é teto. Se for de R\$ 11.500, que seja só isso. Não pode ter brechas e o meu partido vai defender isso, assim como batalhará por aumentos muito maiores para os baixos salários — afirmou.

Ademir acredita que os presidentes



Ademir Andrade quer “aumentos maiores para os baixos salários”

dos Poderes concordaram em acumular o teto de R\$ 11.500 com aposentadorias “por causa da pressão” exercida “por 140 parlamentares” que têm alguma aposentadoria. “Falamos os jornais que o deputado Luiz Antônio Fleury, ex-governador de São Paulo, vai receber R\$ 23 mil, porque já tem uma aposentadoria de R\$ 11.500 como procurador do estado. Isso não é aceitável”, acrescentou.

## Comissão especial discute financiamento para o ensino

A comissão mista especial destinada a analisar a medida provisória que institui o Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (Fies) reúne-se amanhã, às 15 horas, para discutir com reitores e representantes dos estudantes as vantagens e desvantagens dessa nova modalidade de financiamento para alunos das universidades privadas.

Presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), a comissão vai emitir parecer sobre a nova fórmula de empréstimo que permite aos estudantes de instituições de ensino superior amortizarem até 70% do valor das mensalidades cobradas. O Fies foi criado em maio do ano passado e substitui o antigo Crédito Educativo.

Para a efetivação dos contratos, as universidades se cadastram junto ao Ministério da Educação, que garante o benefício para quem estiver matricula-

do nos cursos que tenham avaliação positiva no Exame Nacional de Cursos, realizado pelo próprio ministério.

Os critérios para a concessão dos financiamentos levam em conta a renda familiar do candidato, se ele possui moradia própria, se já tem curso superior, se há gastos na família com portadores de doenças crônicas ou se já existem outros beneficiários do programa de financiamento. Os estudantes que apresentarem condições financeiras mais desfavoráveis, dentro de tais critérios, terão preferência na concessão do empréstimo.

Os participantes do programa devolvem o valor emprestado após a conclusão do curso, com juros que são fixados no ato da assinatura do contrato. Para os que ingressaram no programa no segundo semestre de 1999, a taxa cobrada foi de 0,72% ao mês, percentual correspondente a 9% ao ano.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

1h — Debate: Senador Lúcio Alcântara e Antônio Barbosa, presidente do Conselho de Farmácias, falam sobre os medicamentos genéricos  
2h — Unip: Mamotomia  
2h30 — Especial: Machado de Assis  
3h30 — Entrevista: Senador Pedro Piva fala sobre o salário mínimo  
4h — Redescobindo: Mário de Andrade  
4h30 — Unip: Mamotomia  
5h — TV Escola — Paisagens Brasileiras: Espelho das águas: Araruama  
5h30 — Cores do Brasil: Interior do Amazonas  
6h — Unip: Mamotomia  
6h30 — Debate: Senador Lúcio Alcântara e Antônio Barbosa, presidente do Conselho de Farmácias, falam sobre os medicamentos genéricos  
7h30 — Entrevista: Senador Pedro Piva fala sobre o salário mínimo  
8h — Cores do Brasil: Turismo em Marajó  
8h30 — TV Escola — Paisagens Brasileiras: Espelho das

águas: Araruama  
9h — Cores do Brasil: Turismo em Alagoas  
9h30 — Entrevista: Senador Roberto Saturnino fala do livro *Cantos do Rio*  
10h — Especial: Machado de Assis  
11h — Entrevista Especial: Sérgio Otero, presidente do Setro, fala sobre a informática no serviço público  
12h — Cores do Brasil: Lençóis Maranhenses  
12h30 — Entrevista: Senador Pedro Piva fala sobre o salário mínimo  
13h — Cores do Brasil: Turismo em Ilhéus  
13h30 — Debate: Senador Lúcio Alcântara e Antônio Barbosa, presidente do Conselho de Farmácias, falam sobre os medicamentos genéricos  
14h30 — Sessão Plenária (vivo)  
18h30 — Entrevista: Senador Roberto Saturnino fala do livro *Cantos do Rio*  
19h30 — Debate: Senador Lúcio Alcântara e Antônio Barbosa, presidente do Conselho de farmácias, falam sobre os medicamentos genéricos  
20h30 — Entrevista: Senador Pedro Piva fala sobre o salário mínimo  
21h — Jornal do Senado  
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)



### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BSB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:  
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C  
• Receptor ABR 200, ComStream  
• LBN DRO ComStream  
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

# Ademir condena plano do governo para Tucuruí

Senador lembra que a classe política da região exigiu do Executivo o compromisso de só concluir a segunda etapa da hidrelétrica com a construção das eclusas da primeira etapa, viabilizando a hidrovía Araguaia-Tocantins



Carlos Bezerra: proposta resolveria "uma lacuna grave" na Resolução nº 96

## Bezerra quer submeter acordos com FMI à aprovação prévia do Senado

Os acordos firmados entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI) só terão validade se forem submetidos previamente à aprovação do Senado, conforme projeto de resolução apresentado pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT). A proposta modifica a Resolução nº 96, de 1989, que dispõe sobre os limites globais para operações de crédito interno e externo e sobre a concessão de garantia da União para tais operações.

A aprovação do projeto implicará que os textos integrais dos acordos, assim como as cartas de intenções, memorandos técnicos, revisões de metas e quaisquer outros documentos relevantes sejam apreciados pelo Senado em

sessão aberta ou fechada. Sem essa aprovação prévia, nenhum funcionário público poderá assinar os acordos.

Carlos Bezerra justificou a modificação proposta por ele com base no fato de que os acordos firmados com o FMI sempre vêm casados com operações de crédito "que têm impacto formidável na dívida externa brasileira" e com programas de ajustamento que implicam alterações no Orçamento da União e nas políticas monetária, fiscal e cambial.

Para o senador, sua proposta preencheria "uma lacuna grave" na Resolução nº 96, dado que os acordos com o FMI "são os mais importantes, do ponto de vista econômico e financeiro".

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou a intenção do governo federal de concluir a segunda etapa da hidrelétrica de Tucuruí antes de construir as eclusas da primeira etapa, que deveriam ter sido entregues juntamente com a conclusão da obra. O lado a jusante da barragem foi extremamente prejudicado pela falta das eclusas, afirmou o senador, uma vez que o rio foi barrado e a migração e a reprodução de peixes deixaram de ocorrer, causando danos à área pesqueira de quatro municípios.

Ademir Andrade criticou, também, o fato de o governo federal usar recursos do Tesouro ou de empréstimos externos para construir a segunda etapa da hidrelétrica de Tucuruí, quando está propondo a venda da primeira etapa, que custou aos cofres públicos US\$ 6 bilhões, por US\$ 1 bilhão.

Na avaliação do senador, ao



Ademir afirma que falta das eclusas da primeira etapa de Tucuruí causa prejuízos

decidir realizar a segunda etapa de Tucuruí com recursos próprios, o governo "se torna absolutamente impossibilitado de vender a hidrelétrica, porque seria um ato indecoroso". A obrigação do governo, na avaliação do senador, teria que ser a de permitir que empresas privadas, com recursos próprios, completassem a segunda etapa da obra.

O senador lembrou, ainda, que a classe política da região exigiu do governo federal o compromisso de só concluir a segunda etapa da hidrelétrica com a construção das eclu-

sas, viabilizando a hidrovía Araguaia-Tocantins. Ele destacou a importância dessa obra, que atende a quatro estados e une três grandes rios, permitindo o transporte de toda a produção agrícola do Centro-Oeste brasileiro.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que compartilha a indignação de Ademir Andrade. "Temos que fazer uma guerra contra o governo federal para impedir a imoralidade do processo de privatização de nossas hidrelétricas", afirmou a senadora.

## Requião denuncia pressão para que estados rolem títulos fraudados

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) acusou o governo federal de haver pressionado o estado de Santa Catarina "a fazer a rolagem de títulos frios, fraudados, como ficou demonstrado na CPI dos Precatórios, a exemplo do que já aconteceu com Pernambuco". Ele ressaltou que o governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, recusou-se a fazer a rolagem.

Requião baseou sua denúncia em ofício dirigido ao governador Esperidião Amin pelo procurador-geral do estado, Walter Zigelli, em que este relata reunião com o procurador-geral adjunto da Fazenda Nacional, Carlos Eduardo, para tratar do refinanciamento das Letras Financeiras do Tesouro de Santa Catarina e da baixa dos títulos não negociados. Zigelli afirma ter sido informado de que "a posição da União é pelo refinanciamento, ainda que o prazo dessa lei tenha se esgotado em 31 de dezembro de 99".

Para Requião, esse comportamento do governo federal agride o Senado, ao desconsi-



Requião parabenizou o governador de Santa Catarina por não concordar com a rolagem

derar as conclusões do relatório da CPI dos Precatórios, e só favorece aos banqueiros. Ele entende que o documento "expõe as entranhas" do esquema denunciado pela CPI, e que ficou conhecido como "escândalo dos precatórios".

—O mais inusitado é que, ao pressionar os governos estaduais para rolares esses títulos, Fernando Henrique só contribuiu para aumentar a rapinagem dos bancos, com prejuízo para a economia popular — afirmou o senador.

Requião parabenizou o governador Esperidião Amin, que acatou as conclusões do procurador-geral do estado. Walter Zigelli afirma, no documento, que "a operação de refinanciamento

apresenta-se hoje juridicamente inviável e eticamente reprovável", ao que o governador acrescentou o seu "de acordo".

"Há uma luz no fundo do túnel", comemorou Roberto Requião, ao reconhecer que Amin está dando mostras de que pretende cumprir compromisso de campanha, quando afirmou que queimaria os títulos frios, que agora o governo quer obrigá-lo a rolar.

No entanto, o senador criticou o governador de Pernambuco por ter cedido às pressões federais e negociado títulos que "não existem", e acusou o próprio Senado "por seu silêncio leniente e obsequioso" no que se refere à rolagem dos títulos frios.

## Saturnino lança livro sobre o "modo carioca de viver"

O livro *Contos do Rio – Filosofia do Rio em Sete Dimensões*, de autoria do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), será lançado na quarta-feira, dia 15, às 19h, no restaurante Carpe Diem, em Brasília. Segundo o autor, o livro é uma "celebração ao modo carioca de viver".



Roberto Saturnino lança na quarta-feira o livro *Contos do Rio – Filosofia do Rio em Sete Dimensões*

Para Saturnino, não existe povo igual ao carioca, com vocação natural para a filosofia. A liberdade de espírito que impera na cidade, na avaliação de Saturnino, não permite que o povo se detenha na amargura dos problemas da vida. O livro se divide em sete temas: doçura, vontade, sabedoria, força, razão, destreza e amor.

Editado pela Record, o livro tem 268 páginas e custa R\$ 25. O restaurante Carpe Diem fica na SCLS 104, bloco D, loja 1 (225-8883).

# Mozarildo critica ação da indústria farmacêutica

Citando dados coletados pela CPI da Câmara dos Deputados, senador informa que custo médio dos remédios aumentou em 676% no período entre 1987 e 1998. Faturamento dos laboratórios cresceu de US\$ 2 bilhões para US\$ 12 bilhões

## O que é um medicamento com denominação genérica

- É o nome empregado para distinguir um princípio ativo que não está amparado por marca comercial
- É usado comumente por diversos fabricantes e reconhecido pela autoridade competente para denominar produtos farmacêuticos que contenham o mesmo princípio ativo
- O nome genérico normalmente corresponde ao da Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, complementarmente, da Denominação Comum Internacional (DCI), recomendada pela OMS
- A lei sancionada em 10 de fevereiro do ano passado exige que o nome genérico seja 50% maior no rótulo da embalagem do que o nome de fantasia criado pelo laboratório que o fabrica.
- Ao comprar apenas genéricos, o Sistema Único de Saúde pretende economizar R\$ 800 milhões em medicamentos por ano, ou 40% de seus gastos nessa área
- Um exemplo comum é a dipirona, cuja marca comercial mais conhecida é a Novalgina

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) criticou a atuação dos laboratórios farmacêuticos, que, em sua opinião, têm se posicionado contra os genéricos e promovido aumento “exorbitante” do preço dos remédios.

Segundo o parlamentar, a CPI dos Medicamentos, que atua no âmbito da Câmara dos Deputados, apurou que o custo médio

dos remédios para o consumidor aumentou em 676% no período entre 1987 e 1998. Nestes 11 anos, acrescentou, o faturamento dos laboratórios cresceu de US\$ 2 bilhões para US\$ 12 bilhões. Isto ocorreu, na opinião de Mozarildo, porque faltam regras específicas para a política de preços de fabricantes e importadores de remédios:

– Entre 1994 e 1999 houve uma queda de 40% no preço das matérias-primas sem que se observasse qualquer redução no preço ao consumidor. Uma clara evidência de aumento indevido de preços – observou.

Mozarildo explicou que a difi-

culdade de aprovação da Lei dos Genéricos no Congresso Nacional deveu-se às estratégias utilizadas pelos laboratórios na tentativa de manter o mercado sem competitividade, já que, segundo o senador, “cada grupo de remédios estava sob domínio de três ou quatro laboratórios”.

Para o senador, só a participação da sociedade, exigindo do Ministério da Saúde que fiscalize ostensivamente farmácias e laboratórios, é que vai evitar o aumento abusivo e a falsificação de remédios. Essa participação também poderá ajudar a propagar o uso dos medicamentos genéricos, acrescentou.

## Patrocínio defende direito dos deficientes

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) saudou a criação do Fórum Nacional de Deficiências e Patologias, cujo objetivo é fiscalizar o cumprimento da legislação em vigor e defender o direito dos deficientes. Uma das diretrizes mais importantes do fórum, acrescentou o senador, é a atuação da entidade junto aos governos municipais, visando à criação de serviços de referência e programas de atenção à saúde dos portadores de deficiência.

Ao citar dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), o senador informou que os portadores de deficiência constituem cerca de dez por cento da população dos países em desenvolvimento ou pobres. No Brasil, acrescentou, calcula-se que existam 16 milhões de pessoas portadoras de deficiência.

A falta de consciência da maioria das pessoas quanto às condições necessárias à vida autôno-

ma dos portadores de deficiência física, visual, auditiva ou mental está na origem de obstáculos, como escadarias sem opção de rampa ou elevador, sinalização sem inscrição paralela em braille e desprezo pela língua de sinais para surdos-mudos em conferências e audiências públicas, observou Patrocínio. Ele citou também problemas vividos pelos deficientes nos estacionamentos, que nem sempre têm vagas reservadas, e no mercado de trabalho, onde sofrem discriminação.

Segundo o senador, que também é médico, os deficientes são vítimas do preconceito que os obriga ao confinamento fora da sociedade dos que se consideram “normais”. Sofrem ainda, disse, com o preconceito paternalista dos que, ao se preocupar com eles, os tratam como “coitadinhos”, quando tudo o que buscam é o reconhecimento de suas capacidades como cidadãos produtivos.



Patrocínio disse que deficientes sofrem com o preconceito e também com o paternalismo

– Assim como se deu anteriormente com negros e mulheres, e continua a ocorrer, a luta deve começar pela união das pessoas discriminadas e de seus simpatizantes em torno de associações que levem ao Estado e à sociedade em geral as reivindicações da comunidade em questão – afirmou.

## Senador pede CPI para investigar ação das ONGs

O senador Mozarildo Cavalcanti defendeu, em discurso no Plenário, a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a atuação das organizações não-governamentais (ONGs) no Brasil:

– É preciso separar o joio do trigo. Temos que saber quais ONGs querem realmente defender os interesses nacionais e dos índios brasileiros e qual a origem dos recursos dessas organizações. É preciso saber o que pretendem organizações internacionais a serviço dos governos dos países mais ricos do mundo – alertou.

Na opinião do senador, embora existam ONGs que querem efetivamente ajudar os índios, outras pretendem realizar uma “nova forma de colonialismo” e “criar um ambiente propício para uma futura intervenção internacional”.

Mozarildo se disse favorável às reservas indígenas, mas observou que é preciso pensar em como elas são planejadas e executadas, e citou o exemplo do estado de Roraima, que tem 60% do seu território tomado por reservas indígenas. O senador lembrou que apenas 0,49% das regiões Sul e Sudeste são ocupadas por reservas indígenas, número que sobe para 1,41% no Nordeste; 8,16% na região Centro-Oeste e 21,19% na Norte.

O senador criticou a atuação do presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Carlos Marés, nos de-



Mozarildo se disse favorável às reservas indígenas, mas teme “intervenção internacional”

bates para delimitação da região que englobará a reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, dizendo que a instituição “é dominada pelas ONGs”.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) apoiou o discurso de Mozarildo, dizendo considerar “demasiada” a concentração de terras indígenas em Roraima. Lobão se disse preocupado com a invasão de ONGs no Brasil, mas observou que existem muitas que são sérias.

Marina Silva (PT-AC) disse que há muitas ONGs idôneas e acrescentou que a necessidade da criação da reserva Raposa Serra do Sol é indiscutível. Roberto Requião (PMDB-PR) elogiou a atuação de Carlos Marés na presidência da Funai e afirmou estar tranquilo por saber que Marés se encontra à frente da demarcação da reserva.

## Lobão lamenta morte de Lucy Geisel

O senador Edison Lobão (PFL-MA) comunicou ao Plenário a morte de dona Lucy Geisel, esposa do ex-presidente da República Ernesto Geisel.

Ao lamentar a morte de dona Lucy, Lobão lembrou que ela foi “companheira solidária, que acompanhou o marido ao longo de décadas, ficando conhecida por sua ex-

trema compostura e grande dignidade”.

O senador Edison Lobão também informou que dona Lucy faleceu vítima de acidente de carro. Amália, sua filha, que também estava no carro, encontra-se hospitalizada. O senador manifestou os seus votos de plena recuperação a Amália.



Lobão lembrou que d. Lucy foi uma “companheira solidária” para o ex-presidente Geisel